

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 113.314 - RS (2019/0149631-8)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
RECORRENTE : **RUDINEI DIAS FONTOURA (PRESO)**
ADVOGADOS : **RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676**
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RECORRIDO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por RUDINEI DIAS FONTOURA contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (HC n. 0053468-05.2019.8.21.7000).

Consta dos autos que o recorrente foi preso cautelarmente pela suposta prática de dois homicídios qualificados e uma tentativa de homicídio qualificado.

Na ação originária, alegou a defesa a ausência dos requisitos autorizadores da prisão cautelar, bem como a demora na marcha processual.

No entanto, a Corte de origem denegou a ordem, nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 76):

HABEAS CORPUS. DELITOS DE HOMICÍDIO TENTADO E CONSUMADO.

De plano, verifico que as questões atinentes à presença dos pressupostos e dos requisitos necessários para a decretação e manutenção da prisão preventiva do paciente já foram examinadas por este Órgão Fracionário quando do julgamento do *habeas corpus* cadastrado sob o n. 70074182072, na data de 13/07/2017.

Assim, por se tratar de mera reiteração de questões já analisadas por esta Corte, os pedidos não serão novamente apreciados.

Quanto ao alegado excesso de prazo na prisão, tal não se configura, estando a instrução em andamento, aguardando cumprimento de precatória para a oitiva da vítima, já expedida, para propiciar posterior agendamento da audiência de interrogatório e encerramento da instrução, demonstrando que o juízo a quo cumpre, modo diligente, com a condução do feito, repelindo o argumento de referido excesso.

O tempo de prisão havido, se não se mostra o ideal, tampouco serve para configurar dito excesso de prazo, respeitadas as particularidade do caso em comento.

Superior Tribunal de Justiça

Ausência de constrangimento ilegal.

ORDEM DENEGADA.

Nas razões do presente recurso ordinário, a defesa reafirma as alegações originárias, destacando a demora na conclusão da instrução.

Diante disso, pleiteia, liminarmente, que o acusado aguarde em liberdade o julgamento final deste recurso e, no mérito, a revogação do decreto de custódia preventiva, com a expedição do competente alvará de soltura, para que o recorrente responda solto ao processo.

O pedido liminar foi indeferido (e-STJ fls. 126/128).

Informações prestadas às e-STJ fls. 135/161 e 164/167.

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso (e-STJ fls. 170/174).

É, em síntese, o relatório.

De início, verifico que está prejudicado o alegado excesso de prazo na formação da culpa, pois em consulta ao sítio eletrônico da Corte de origem, foi proferido despacho declarando encerrada a instrução criminal e abrindo o prazo para apresentação de alegações finais (ação penal n. 0001931-66.2017.8.21.0039), *in verbis*:

Aos 27 dias do mês de novembro do ano de 2019, às 10 horas e 30 minutos, nesta cidade de Viamão, no Foro, na sala de audiências, [...]. Presente o réu Rudinei Dias Fontoura, apresentado pela SUSEPE. Presente o Defensor Público, Dr. Juliano Rosa Brack. Realizou-se a audiência pelo Sistema Audiovisual de Gravação, forma pela qual foram registrados os atos ocorridos, o qual não será degrevado, nos termos do art. 405, § 2º, Código de Processo Penal. A seguir pelo Dr. Juiz foi dito que foi interrogado o acusado. **Assim, declaro encerrada a instrução, substituindo-se os debates por memoriais**, com prazos sucessivos de 05 dias, devendo ser dada vista as partes, para apresentação das razões. Antes da vista ao Ministério Público, atualizem-se os antecedentes, após, voltem os autos conclusos para a sentença. Presentes intimados. Nada mais. (Grifei)

Assim, incide o enunciado n. 52 da Súmula desta Corte, segundo o qual,

"encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo" (Terceira Seção, julgado em 17/9/1992, DJ 24/9/1992).

Nesse sentido:

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. TRÁFICO DE DROGAS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. EXCESSO DE PRAZO. NÃO OCORRÊNCIA. SÚMULA 52 DO STJ. RAZOABILIDADE. CONTEMPORANEIDADE. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. RECURSO IMPROVIDO.

1. A Constituição Federal, no art. 5º, inciso LXXVIII, prescreve: "a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação". No entanto, essa garantia deve ser compatibilizada com outras de igual estatura constitucional, como o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório que, da mesma forma, precisam ser asseguradas às partes no curso do processo. Assim, eventual constrangimento ilegal por excesso de prazo não resulta de um critério aritmético, mas de uma aferição realizada pelo julgador, à luz dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, levando em conta as peculiaridades do caso concreto, de modo a evitar retardo abusivo e injustificado na prestação jurisdicional.

2. Conforme consta no portal eletrônico do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, a instrução processual está encerrada, estando ultrapassada a fase de alegações finais. Nesse contexto, incide o enunciado n. 52 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, o qual estabelece que Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo.

[...]

6. Recurso ordinário em *habeas corpus* improvido. (RHC 116.025/RS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 22/10/2019, DJe 04/11/2019, grifei.)

Ademais, a alegada ausência dos requisitos autorizadores da prisão preventiva não foi analisada pela Corte de origem, sob o fundamento de que a questão *"já foi apreciada por este órgão fracionário, quando do julgamento do habeas corpus tombado sob o n. 70074182072. [...] as questões já examinadas não serão reapreciadas, sobretudo diante da ausência de fato novo que infirme a manifestação já exarada pelo colegiado"* (e-STJ fls. 141/143). Dessa forma, a análise do tema não pode ser submetida a esta Corte Superior, sob pena de configurar indevida supressão de instância.

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, **conheço parcialmente do recurso e, nessa extensão, julgo-o prejudicado.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator